



EDUCAÇÃO DE ÓRFÃS NO PARÁ REPUBLICANO (1893-1906)¹

Adriene Suellen Ferreira Pimenta

Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Pará – UEPA.
Professora da Secretária de Estado de Educação do Pará.

Maria do Perpétuo Socorro Gomes Avelino de Souza França

Doutora em História, Filosofia e Educação pela Universidade Estadual de Campinas e Pós-Doutora em História da Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
Professora do Programa de Pós Graduação da Universidade do Estado do Pará.

RESUMO

Esse trabalho teve como objetivo analisar como se dava a educação de meninas no Orphanato Paraense, em Belém do Pará, no período de 1900 a 1906. O Orphanato Paraense foi criado pela Associação Protetora dos Órfãos, no ano de 1893, em Belém, qual tinha o intuito de proporcionar amparo e educação às órfãs desvalidas. Como caminho metodológico utilizamos a perspectiva de uma proposta de investigação, que parte do particular sem desconsiderar uma compreensão mais ampla do contexto social, político e educativo, no qual está inserido esse objeto deste estudo. As fontes pesquisadas foram o jornal *A província do Pará* do período de 1893 a 1906, os *Relatórios da Intendência Municipal de Belém* de 1902, o *Estatuto da Associação Protetora dos Órfãos* de 1893 e o jornal *A caridade*. Essas fontes apresentam dados sobre a criação do Orfanato Paraense e a respeito da educação que era dada às meninas órfãs amparadas por essa instituição. Para dar suporte teórico a essa pesquisa recorreremos a autores como Chartier (1990), Julia (2001), Marcílio (1998), Rizzo (2003), dentre outros que desenvolveram trabalhos sobre a temática desse estudo. Ao realizarmos este estudo verificamos que a Associação Protetora dos Órfãos era composta por membros associados, que por meio de doações mensais e trabalhos voluntários, atuavam em prol dos órfãos e dos desvalidos de Belém do Pará. Sua criação foi articulada através do jornal escrito de circulação diária *A província do Pará*. O Orphanato Paraense foi criado pela referida Associação para educar e amparar meninas órfãs. Nessa instituição, as órfãs tinham instrução primária, cursos de corte e costura, aulas de prendas, de agulha, de serviços domésticos, dentre outras tarefas que faziam parte do cotidiano dessas meninas. Internamente essa instituição era dirigida por mulheres da Ordem religiosa Filhas de Sant'Ana. Eram essas mulheres que administravam e organizavam o tempo e as tarefas a serem realizadas pelas órfãs.

Palavras Chave: Educação de Órfãs. Instituição educativa. Orphanato Paraense.

INTRODUÇÃO

O Orphanato Paraense foi criado 1893 com o objetivo de amparar e educar meninas órfãs, sendo mantido até então por mensalidades de sócios e doações. Em 1902, passou para o âmbito municipal, com a ajuda de Antônio Lemos, Intendente Municipal de Belém. A partir desse contexto lançamos o seguinte questionamento: Como se dava a educação e o cotidiano das meninas amparadas pelo Orphanato Paraense no período de 1893 a 1906? Optamos por fazer o recorte

¹ Desdobramentos da pesquisa realizada para dissertação intitulada *Educação de meninas no Orphanato Paraense (1900 a 1910)*, realizada no curso de Mestrado em Educação pela Universidade do Estado do Pará – UEPA.



temporal de 1893, devido ser o ano em que o Orphelinato Paraense foi criado até 1906, período em que passou para o âmbito municipal.

Como metodologia utilizamos a pesquisa documental, na perspectiva da história cultural, a qual para Chartier (1990, p. 17), “tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler.” Além disso, considera que as percepções do social são determinadas por interesses de grupos que a forjam, ou seja, não há discurso neutro.

Nessa perspectiva lançamos mãos de documentos como os *Relatórios da Intendência Municipal de Belém* dos anos de 1898 a 1902, os jornais *A Província do Pará* dos anos de 1893 a 1906 e *A Caridade* de 1893. Essas fontes apresentam uma gama de informações sobre o Orphelinato Paraense, bem como sobre a educação das órfãs que lá eram amparadas. Esses documentos encontram-se no Arquivo Público do Pará e na Biblioteca Pública do Centro Cultural Tancredo Neves – CENTUR.

Para Julia (2001, p. 15), as fontes que dispomos enquanto pesquisadores precisam ser contextualizadas para não cairmos na ideia simplista, nas afirmações que dizem não haver inovações no campo educacional, ou simplesmente dizer que tudo é novo, pois mudanças pequenas podem “invisivelmente transformar o interior do sistema”, ou seja, o que nos parece novo pode não ser tão novo assim, e o que pensamos ser velho pode não ser tão velho assim.

A EDUCAÇÃO E O COTIDIANO DAS MENINAS ÓRFÃS

O Orphelinato Paraense foi criado pela Associação Protectora dos Órfãos no ano de 1893, em Belém. Ao ser criado era mantido por associados e por doações, no entanto, no ano de 1900, os recursos arrecadados passaram a ser insuficientes para manter a instituição, foi quando a diretoria do Orfanato pediu ajuda a Intendência Municipal de Belém, que tinha como principal representante na época, o intendente Antônio José Lemos.

No entendimento de Rizzo (2003), os orfanatos e asilos foram criados para dar assistência a crianças órfãs de pai e mãe, crianças filhas de viúvas que precisavam trabalhar, ou até mesmo de mães solteiras que queriam esconder da população a gravidez indesejada, já que o fato de ser mãe solteira era vergonhoso perante a sociedade.



Por outro lado, Marcílio (1998), ao produzir a obra *História Social da Criança Abandonada*, ressalta que a miséria se constituía como um dos principais fatores para o abandono de crianças. Essa afirmação desconstrói a imagem generalizada que se criou em relação aos pais que abandonavam seus filhos, visto que estes eram tidos como irresponsáveis e, muitas vezes, promíscuos e desumanos.

Quanto à finalidade dessas instituições, em geral foram criadas para amparar órfãos e, no início, não tinham um plano com objetivos educacionais e profissionalizantes. Hilsdorf (2005, p. 52) afirma que “o início da fase filantrópico-científica da assistência dataria de meados do século XIX, quando a simples atividade de abrigo foi reorientada pela ideia utilitária de tirar as crianças da ociosidade”. Nesse sentido, com o passar dos anos, os orfanatos foram ganhando novas configurações e passaram não só a abrigar crianças como também a educá-las para um ofício, ou no caso das meninas, para serem “boas mães” e excelentes “donas de casa”.

O Orfelinato nesse contexto paraense também era uma instituição de cunho filantrópico, o qual teve grande repercussão na sociedade paraense ao se inaugurado, momento em que haviam um número limitado de nove órfãs.

De acordo com *A Província do Pará* de 30 de janeiro de 1898 (p. 2) Maria Pinho foi a primeira órfã a ser amparada pela instituição. Com o passar dos dias muitas meninas foram progressivamente sendo admitidas. Segundo *A Província do Pará*, de 15 de setembro de 1893, um mês depois da inauguração já havia um número de 20 meninas à encargo do Orfelinato.

O Orfelinato era administrado internamente por mulheres religiosas da ordem Filhas de Sant’Ana oriunda da Itália. Eram essas mulheres que gerenciavam os recursos internos do Orfelinato e realizavam a divisão do tempo e das tarefas entre as órfãs.

O trabalho lá desenvolvido era inspecionado mensalmente por uma comissão de mulheres da Associação Protetora dos Órfãos, a qual tinha o objetivo de verificar se as órfãs estavam sendo bem amparadas e se tinham um bom aproveitamento dos ensinamentos que lhes era proporcionado. Esse exame consistia em percorrer os dormitórios, inspecionar a dispensa e revistar a cozinha, além de verificar o horário de recolhimento e despertar das órfãs, bem como a

divisão e distribuição do trabalho para cada uma, segundo sua aptidão, e do espaço que mediava d’uma a outra das refeições, enfim dessas infinitas e pequeninas coisas que se constituem a vida inteira de uma perfeita dona de casa e os doces encantos do lar, mostrando-se todas bem satisfeitas a cada uma das respostas dadas, com a informação que no estabelecimento não havia criado, de que todo o serviço d’este, asseio e ordem eram exclusivamente confiados sob a fiscalização da diretora, aos cuidados das meninas asiladas. (*A PROVÍNCIA DO PARÁ*, 19 de dezembro de 1893, p. 2).



O *Relatório da Intendência Municipal de Belém* (1900, p. 243), afirma que “trabalho no estabelecimento é dividido por todas na proporção de suas forças, sendo ainda esse trabalho suavizado constantemente pelo método empregado por suas superiores”. Além desse tipo de exame, havia o que determinava o nível de ensino e aprendizagem de cada educanda e verificava-se a classe em que deveria ser inserida cada órfã.

Esses exames em relação ao aproveitamento das órfãs eram realizados anualmente, geralmente no mês de dezembro, pois no dia 10 de dezembro de 1896 ocorreu outro. Nesses exames foram cobrados conteúdos em relação a parte literária, a científica e as prendas domésticas. Nas prendas eram avaliados os trabalhos desenvolvidos pelas órfãs como bordado a branco e a lã, flores de lã, costura de roupas brancas, vários tecidos em tear, crochê e labirintos.

Deu-se o começo aos exames da parte literária e científica nos cursos elementar, primeiro e segundo ano médio e superior. Passando-se em seguida para o exame de prendas domésticas, constando este de diferentes trabalhos das alunas, em bordado a branco e a lã, flores de lã, costura de roupas brancas, vários tecidos em tear, crochê, labirintos, etc. Foram estes julgados ótimos. (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 14 de janeiro de 1897, p. 2).

Depois de realizados os exames, as notas das educandas eram lidas e os prêmios eram distribuídos para as meninas que tinham tido maior aproveitamento.

A educação das órfãs estava de acordo com a ideia de que a mulher deveria ser formada para viver em sociedade, ou seja, uma mulher culta, polida, que pudesse ser uma boa mãe de família prendada. Assim, o Orfelinato educaria essas órfãs tirando-as do estado de “pobres infelizes”, “marginais”, “ignorantes” e até mesmo “selvagens” para adequá-las de acordo com os princípios sociais vigentes, para que mais tarde pudessem viver em sociedade, sem tornar-se um incômodo social, ou seja, sem ferir os princípios da moral e do bom costume. O que era ressaltado pelo próprio Jornal ao dizer que “o mais elevado patriotismo e a mais generosa filantropia não consiste tanto em reformar as leis e modificar as instituições, como em ajudar os nossos concidadãos a elevarem-se e aperfeiçoarem-se pela livre e independente ação de sua própria vontade” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 07 de maio de 1894, p. 2).

Por outro lado, desde a criação do Orfelinato já havia uma preocupação em dar as órfãs uma educação além daquela que previa os cuidados para com o lar, o polimento cultural e o cultivo da mente, visto que muitas das órfãs amparadas pela instituição aprendiam um ofício, como no caso em que Dona Anna Magalhães, “ofereceu-se com toda gentileza a receber na sua casa duas meninas



para ensinar-lhes prendas domésticas, isto é, a preparar chapéus de senhoras, talhar obras brancas de qualquer qualidade, fazer redes, etc”. (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 28 de fevereiro de 1894, p. 2); Ou como relatou *A Província do Pará* de 20 de fevereiro de 1894, (p. 1)

temos na conceituada fábrica de luvas do srs. Germain Gaudin e Cia, a rua Conselheiro João Alfredo, nº 98, duas meninas em aprendizagem desta arte e sob as melhores condições para elas e para o Orphelinato, que desejamos construir um centro de trabalho, no qual possam viver sem acanhamento, as que para lá forem abrigar-se.

Assim, várias meninas amparadas pelo Orphelinato aprendiam um ofício. Além do mais, o excerto acima demonstra que desde 1894 já se pensava na criação de um local, que melhor abrigasse as órfãs e que além de abrigá-las pudesse ser um centro de trabalho, ou seja, onde as órfãs pudessem aprender um ofício.

Em 1900, o Orphelinato passou a amparar Órfãs de várias regiões do Brasil como Ceará, Pernambuco, Amazonas, bem como de outros países como Peru, Espanha e Portugal. O destino da maioria das órfãs amparadas pelo Orphelinato era trabalhar em casa de família, trabalhar em um ofício, ou casar-se.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Orphelinato Paraense teve grande repercussão na sociedade paraense, tanto ao ser criado por Sodré, como quando foi municipalizado por Lemos. O fato da referida instituição amparar e educar órfãs de outros estados, bem como de outros países deu maior visibilidade à instituição, que foi concebida como um exemplo a ser seguido, o que pode ter contribuído para que a procura por vagas fosse maior que a capacidade que instituição possuía para receber as órfãs.

Tal instituição formou mulheres com uma bagagem cultural que englobava vários saberes, como os musicais, literários, cênicos, linguísticos, do lar, das prendas, sem contar na rica troca cultural que devia existir naquele educandário, decorrente das diferentes origens das órfãs e também das religiosas que lá atuavam.

As Filhas de Santana por sua vez desenvolveram um trabalho voltado para educá-las, civilizá-las de acordo com os princípios da educação Cristã. Queriam formar mulheres para o reino de Deus, servas que soubessem e praticassem os princípios da Igreja Católica. Eram essas mulheres religiosas que passavam maior parte do tempo com as órfãs educando-as. Os professores externos



que ensinavam no Orphelinato eram poucos, mas todos deveriam seguir os princípios da Igreja Católica, os quais eram reforçados pelo capelão que se dedicava às missas diárias no Orphelinato.

REFERÊNCIAS

A PROVÍNCIA DO PARÁ. Belém: Typographia do Futuro, 1893;

_____. Belém: Typographia do Futuro, 1894;

_____. Belém: Typographia do Futuro, 1897;

_____. Belém: Typographia do Futuro, 1898;

BELÉM. A Caridade Corporação Artística do Sr. Tavares Cardoso e Cia, 1893;

CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Maria Manuela Galhardo (trad.). Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990;

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. Tão longe, tão perto – As meninas do seminário. In: **STEPHANOU, Maria, BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs). Histórias e memórias da educação no Brasil, vol II:** século XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005;

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. Trad. Gizele de Souza. Rev. Bras. de História da Educação. Editora Autores Associados. Campinas, SP, 2001;

MARCILIO, Maria Luiza. História social da criança abandonada. São Paulo: Hucitec, 1998;

RIZZO, Gilda. Creche: organização, currículo, montagem e funcionamento. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003;